



REPÚBLICA DE ANGOLA

Presidente da República

Excelência Senhor Presidente da Assembleia Nacional, Dr. Fernando da Piedade Dias dos Santos;

Excelências Senhores Deputados;

Distintos Membros do Executivo;

Estimados Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores

No mês de Novembro de 2019, o Executivo apresentou a esta Casa Magna a sua proposta de Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020, baseado nas melhores projecções feitas na altura no que respeita aos pressupostos macroeconómicos que lhe estavam subjacentes.

Desde aquela altura até aos nossos dias o quadro económico mundial mudou profundamente.

No dia 11 de Março de 2020 a Organização Mundial da Saude declarou a infecção causada pelo vírus covid-19 como uma pandemia, passando o mundo a viver uma situação de emergência global com um

forte impacto na saúde das pessoas e no funcionamento das economias e das finanças de todo o mundo.

Em consequência dos efeitos directos e indirectos do COVID 19 a economia internacional está a viver uma situação de recessão económica, isto é, os países do mundo passaram a evidenciar de um modo generalizado taxas de crescimento económico negativas.

Tais efeitos fazem-se sentir em todos os agentes económicos de uma sociedade, nomeadamente o Estado, as empresas e as famílias.

A preocupação do nosso Executivo tem sido a de aliviar ou mitigar o mais possível os efeitos desta crise em todos os agentes económicos.

Uma das consequências do Covid 19 na economia do nosso país é a forte queda do preço do petróleo que se tem verificado no mercado internacional. Como sabemos os recursos do petróleo representam mais de 60% das receitas tributárias de Angola e mais de 90% das suas receitas de exportação.

Para fazer face a esta situação e mitigar os efeitos deste factor nas finanças publicas do país, o Conselho de Ministros na sua sessão do dia 26 de Março de 2020, adoptou um conjunto de medidas de natureza fiscal, com vista a diminuir de forma imediata as despesas do Estado.

Foram também adoptadas outras medidas para aliviar os efeitos da crise nas empresas e nas famílias.

Foi anunciado, no entanto, naquela altura que a principal medida fiscal para fazer face a situação de crise criada pelo Covid-19 deveria ser a revisão do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020.

É, pois, com elevada honra e sentido de responsabilidade que o Titular do Poder Executivo vem submeter a esta Magna Casa das Leis e da Democracia, a Proposta de Revisão do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020.

Excelencia Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Excelencias Senhores Deputados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A crise económica e financeira iniciada em Angola em 2014, teve como uma das suas consequências a redução drástica das receitas do Estado. Como a despesa não reduziu na mesma proporção da redução da receita, o resultado foi uma acumulação de deficits orçamentais, financiados por um endividamento crescente do Estado.

O rácio da dívida pública em relação ao PIB saiu, assim, de cerca de 30% em 2013 para aproximadamente 113% em 2019.

Fruto do Programa de Estabilização Macroeconomica iniciado em Janeiro de 2018 esta situação de saldos orçamentais negativos sucessivos foi revertida. Em 2018, pela primeira vez em 4 anos, Angola registou um saldo orçamental positivo de 2,1% do PIB.

Em 2019 o país evidenciou igualmente um saldo orçamental positivo de certa de 0,8% do PIB.

Para o orçamento do ano de 2020 prevíamos igualmente um superavit orçamental de 1,2% do PIB.

Infelizmente teremos de interromper este ano esta trajectória de saldos positivos das contas publicas,

em consequência da crise económica e financeira que o mundo está a viver.

Na presente proposta de revisão do OGE prevemos um deficit orçamental de 4% do PIB, como resultado de uma redução das receitas do país em cerca de 30% e da diminuição do preço de referencia do barril de petróleo que passou de 55 dólares americanos por barril para 33 dólares americanos.

Prevemos retomar a trajectória de superavits orçamentais, isto é de saldos orçamentais positivos, em 2021.

A saída de uma situação orçamental deficitária para uma situação superavitária é de uma importância enorme, pois tal significa que o país terá menores necessidades de endividamento e assim evita atingir uma situação de insustentabilidade da sua dívida publica.

Este facto tem também implicações positivas no que respeita a diminuição das taxas de juro a serem praticadas no mercado nacional, pois como se sabe, quanto maior for o endividamento e as necessidades

de financiamento do país maiores são as taxas de juro exigidas pelo mercado.

Para além de déficits orçamentais sistemáticos, o país tem apresentado desde o ano de 2016 taxas de crescimento negativas, isto é, Angola tem estado em recessão económica nos últimos 4 anos.

Esta recessão é provocada fundamentalmente pelo desempenho negativo do sector petrolífero.

Em consequência do desgaste natural dos campos de petróleo, de problemas operacionais e da ausência de investimentos suficientes em tempo oportuno na prospecção petrolífera, a produção física de petróleo tem estado a decrescer no país.

Não temos quaisquer dúvidas, de que para resolvermos os grandes problemas sociais do país, com particular realce para o desemprego temos de sair da recessão económica em que nos encontramos.

Com o OGE para o ano de 2020 prevíamos retomar este ano o crescimento económico do país com uma

taxa global de 1,8%, com o sector não petrolífero a crescer 1.9%.

Contudo, como consequência da crise pandémica que vivemos, na proposta de revisão do orçamento que trazemos estamos a prever uma taxa de crescimento negativa de 3,6%.

O Executivo não tem dúvidas de que o caminho a percorrer na gestão da economia de Angola deve passar, por finanças públicas controladas associadas ao crescimento económico, ao aumento de empregos e ao aumento dos rendimentos e do bem estar das nossas populações.

Para o aumento da produção nacional e do número de empregos no país, uma atenção especial continuará a ser dada ao PRODESI, para que a produção dos 54 produtos seleccionados por este programa atinja níveis de auto suficiência em relação ao consumo interno, diminuindo ou eliminando nos próximos anos a importação destes produtos.

Vamos trabalhar para aumentar a quota de mercado da produção interna destes produtos face aos produtos importados e, assim, aumentar os

rendimentos das empresas nacionais, das famílias e o emprego.

Uma atenção muito especial será dada ao recentemente aprovado Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca familiar, de modo a aumentar a produção e a produtividade no meio rural e a combater a fome e a pobreza. Para este efeito contribuirá muito o facto do Executivo ter tomado a medida de reduzir o IVA a aplicar aos insumos agrícolas de 14% para 5%.

As compras do Estado, com destaque para o abastecimento das Forças Armadas e da Policia Nacional devem continuar a priorizar a aquisição da produção nacional.

Os vários projectos constantes do Programa Integrado de Intervenção nos municípios (PIIM) têm recursos assignados na presente revisão do orçamento gral do Estado e continuarão a ser implementados no decurso do ano de 2020.

Com vista a fortalecer o sector privado do país, tornar a economia mais eficiente e consolidar o processo de edificação da economia de mercado em Angola, vamos prosseguir na parte que resta do ano de 2020

com o processo já iniciado de privatizações de empresas e outros activos do Estado.

Todas estas medidas, incluindo aquelas que visam a melhoria do ambiente de negócios em Angola, contribuirão para apoiar os nossos empresários, para aumentar a confiança dos agentes económicos na nossa economia e por esta via, aumentar a produção nacional, os níveis de investimento privado e o emprego no nosso país.

Excelencia Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Excelencia Senhores Deputados

Excelencias Senhores Membros do Executivo

Minhas Senhoras e Meus senhores

Com o esforço de consolidação fiscal do país e com as reformas que estamos a introduzir na nossa economia, o que nós pretendemos é aumentar o crescimento económico que por sua vez levará ao aumento dos níveis de emprego e do bem estar das nossas populações.

Mesmo perante um quadro particularmente difícil das finanças publicas do país, o Executivo tem feito um

grande esforço no sentido de proteger o sector social, com especial realce para a educação e a saúde. Estes dois sectores terão as suas quotas na despesa incrementadas relativamente ao orçamento actual.

O Executivo tem consciência que sem finanças públicas equilibradas não há uma boa base para o crescimento económico e para o bem estar dos cidadãos. Por isso estamos convictos de que o melhor caminho a percorrer é o da continuidade das reformas em curso, cuja expressão financeira está nesta proposta de revisão do orçamento geral do Estado para o ano de 2020.

Temos de evitar entrar para uma situação insustentável do ponto de vista das nossas finanças publicas, o que traria graves consequências para a vida económica e social do país. Por isso deveremos encarar as dificuldades que hoje vivemos como temporárias e manter o sentimento de esperança e de confiança no futuro.

Aos deputados desta Magna Casa, solicitamos uma profunda análise da proposta orçamental que têm agora em mãos para que a mesma possa ser

melhorada, sempre no sentido de melhor servir os principais anseios e aspirações do nosso povo.

Esperamos, assim, sessões de discussão muito frutíferas.

Os membros do Executivo estarão sempre disponíveis para participar nelas, prestando os esclarecimentos que venham a revelar-se necessários.

Muito obrigado.